

Banco Central confirma: vai tudo bem.

Uma credenciada fonte do Banco Central também confirmou ontem que o comitê assessor (composto de 14 bancos) da dívida externa brasileira prorrogou por mais 90 dias — até 17 de junho — as linhas de financiamento a curto prazo e os empréstimos no interbancário, no valor de US\$ 16 bilhões. Conforme se conseguiu apurar ontem, no BC, o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, depois de analisar as informações encaminhadas a ele pelo governo brasileiro, a respeito do pacote econômico votado pelo Congresso Nacional, no início de dezembro, prometeu enviar aos mais de 700 bancos credores do

Brasil o seu parecer favorável. Isso significa um voto de crédito à política econômica do governo que procura, através dos números demonstrados ao FMI, reduzir o déficit público e manter uma política de exportações compatível com o pagamento da dívida externa de US\$ 99,6 bilhões.

Esse SINAL VERDE da cúpula do Fundo Monetário Internacional é considerado uma peça fundamental na renegociação da dívida brasileira para com os bancos comerciais estrangeiros, na forma pretendida pelo presidente do Banco Central, Fernão Bracher, que é de jogar para o futuro (ainda não definido) a dívida a vencer em 1986 e a já vencida em 1985, que somam US\$ 16 bilhões. A prorrogação das linhas de curto prazo, que vencem no próximo dia 17 (sexta-feira), pelo menos por três meses, é fundamental para o País ganhar tempo e renegociar, neste período, o principal de sua dívida, principalmente agora que o governo de José Sarney rejeita um acordo com o Fundo.

Se o Brasil está obtendo a compreensão do FMI para a política de pagar a dívida externa e em paralelo manter o crescimento da economia — o presidente Sarney e o seu Ministério afirmam que essas duas metas são compatíveis —, no entanto, o governo norte-americano aparentemente desconfia dessa estratégia. Quinta-feira, o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, e o presidente do BC, Fernão Bracher, foram muito mal recebidos pelo presidente do Federal Reserve (Banco Central norte-americano), Paul Volcker, ao contrário de vezes anteriores, quando aquela autoridade atendia os brasileiros com sorrisos e propunha ajudar. O Plano Baker — como ficou conhecido o projeto do secretário do Tesouro dos Estados Unidos, que propõe um financiamento de US\$ 20 bilhões aos países do Terceiro Mundo — parecia ser um indicador de que o governo de Ronald Reagan demonstrava algum tipo de compreensão para com os problemas de endividamento externo das nações pobres, como o Brasil.

Comenta-se que existem pelo menos duas razões que afetaram o antigo bom humor de Volcker. A atitude do governo brasileiro de sustentar que o endividamento do Terceiro Mundo é uma questão mais política do que financeira (os bancos mais comprometidos com isso são exatamente os norte-americanos) e a iniciativa do Brasil de participar de conferências de devedores da América Latina, como a que se realizou recentemente no Uruguai, que foi capaz de ganhar manchetes nos maiores jornais do mundo.

Por último, corre a versão de que a decisão política do governo de não recorrer ao aval do FMI para negociar com os bancos descontentou bastante os Estados Unidos, na medida em que colocou o Fundo em posição bastante delicada perante os demais países em situação de endividamento idêntica à do Brasil.